

Poder Judiciário

Judicial Power



Nossos cabras
Our "cabras" (Our personalities)

Judicial Power

*Ana Lúcia Aguiar*¹
*Elisa Colares*²
*Gabriela Moreira de Azevedo Soares*³
*Igor Tadeu Silva Viana Stemler*⁴

The Judiciary, data and surveys

The Brazilian Judicial Power is organized into five specialized segments, as follows: state justice, labor justice, federal justice, electoral justice and military justice. Each branch has bodies that are organized into instances. The superior courts are also part of the Judiciary, such as the Federal Supreme Court (STF) and the National Council of Justice (CNJ). The CNJ is responsible for the administrative and financial control of the Judiciary. It is a management body, from which resolutions, recommendations and decisions derive to be followed by the entire national judiciary. They are 90 courts, being four Superior Courts, 27 Courts of Justice of the states and Federal District, five Federal Regional Courts (TRFs), 24 Regional Labor Courts (TRTs), 27 Regional Electoral

¹ Federal Judge of the Federal Regional Court of the 4th Region, Assistant Judge of the Presidency of the National Council of Justice (CNJ), coordinator of the Department of Judicial Surveys.

² Researcher at the Department of Judicial Surveys of the National Council of Justice (CNJ) and PhD in Latin-American Studies from the University of Brasília.

³ Executive Director at the Department of Judicial Surveys of the National Council of Justice (CNJ) and Master in Statistics from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴ Researcher at the Department of Judicial Surveys of the National Council of Justice (CNJ) and Master in Applied Computing from the University of Brasília (UnB).

Poder Judiciário

Ana Lúcia Aguiar¹

Elisa Colares²

Gabriela Moreira de Azevedo Soares³

Igor Tadeu Silva Viana Stemler⁴

O Judiciário, dados e pesquisas

O Poder Judiciário brasileiro é organizado em cinco segmentos especializados, a saber: justiça estadual, justiça do trabalho, justiça federal, justiça eleitoral e justiça militar. Cada ramo possui órgãos que são organizados em instâncias. Também fazem parte do Judiciário os tribunais superiores, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O CNJ é responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário. É um órgão de gestão, a partir do qual emanam as resoluções, recomendações e decisões a serem seguidas por todo o judiciário nacional. São 90 tribunais, sendo quatro Tribunais Superiores, 27 Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, cinco Tribunais Regionais Federais (TRF), 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) e três Tribunais de Justiça Militar nos estados. Esse conjunto de órgãos implica em uma estrutura de quase 18

¹ Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias.

² Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Brasília (UnB).

³ Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Mestre em Estatística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴ Pesquisador do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Mestre em Computação Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB).

Courts (TREs) and three Military Justice Courts in the states. That group of bodies implies a structure of nearly 18 thousand judges, 267 thousand servants and 15 thousand judicial agencies, located in 2,672 municipalities, coordinated and supervised by the CNJ.

The activity of control and monitoring is carried out through instruments, like: annual strategic planning; establishment of goals; accomplishment of inspections; production and publication of statistical data and surveys; and mechanisms of incentives and awards.

The CNJ is responsible for the administrative and financial control of the Judiciary. It is a management body, from which resolutions, recommendations and decisions derive to be followed by the entire national judiciary. The CNJ is chaired by the President of the STF and it has 15 members with two-year terms.

As expected, the CNJ has made significant efforts in order to transform the Judiciary into a digital institution, able to provide access to justice to all citizens in a fast and simple way, as well as free from physical boundaries. The processes of automatization, development of integrated systems, organization of information and development of artificial intelligence tools and of data analysis aimed at the improvement and monitoring of public policies in the judicial practice are some of the most recent lines of operation of the Council.

On the other hand, the CNJ aims at developing judicial policies based on evidences, which leads to the concentration of efforts around the accomplishment of studies and diagnoses, either through the analysis of data extracted from national bases or through surveys with questionnaire administration, as well as other techniques of information surveying from primary sources.

Judicial Power in numbers

The number of new suits filed in the Judicial Power shows a general scenario of growth between 1990 and 2012, ranging around 28 million suits ever since⁵. In 2019, the level reached 30.2 million new suits, followed by a reduction to 25.9 million in 2020, probably due to the pandemic caused by COVID-19. In 2021, the number of new suits returned to the level of 28 million suits. The greatest number of disputes is directed to the state courts – 69% of the filed suits and 77% of those waiting for a definitive solution are processed in these bodies of the Judicial Power.

⁵ In 1990, nearly 5.5 million new suits were filed, according to the National Database of the Judicial Power (BNDP), then maintained by the STF

mil juízes, 267 mil servidores e 15 mil unidades judiciárias localizadas em 2 672 municípios, a ser coordenada e supervisionada pelo CNJ.

A atividade de controle e fiscalização é realizada a partir de instrumentos, tais como: planejamento estratégico anual; fixação de metas; realização de inspeções; produção e publicação de dados estatísticos e de pesquisas; e mecanismos de incentivos e premiações.

O CNJ é responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário. É um órgão de gestão, a partir do qual emanam as resoluções, recomendações e decisões a serem seguidas por todo o judiciário nacional. O CNJ é presidido pelo mesmo presidente do STF e possui 15 membros com mandato de dois anos.

Como não poderia ser diferente, o CNJ tem investido significativos esforços na busca pela transformação do Judiciário em uma instituição digital, capaz de prover acesso à justiça a todos cidadãos de forma rápida, simples e livre de fronteiras físicas. Os processos de informatização, desenvolvimento de sistemas integrados, organização das informações e desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial e de análise de dados voltadas ao aprimoramento e monitoramento das políticas públicas na atuação judicial são algumas das linhas de atuação mais recentes do Conselho.

De outro lado, o CNJ objetiva a elaboração de políticas judiciárias baseadas em evidências, o que leva à concentração de esforços em torno da realização de estudos e diagnósticos, seja por meio da análise de dados extraídos de bases nacionais, seja por realização de pesquisas com aplicação de questionários bem como outras técnicas de levantamento de informações de fonte primária.

Poder Judiciário em números

O número de processos novos ingressados no Poder Judiciário apresenta um panorama geral de crescimento de 1990 a 2012, oscilando em torno de 28 milhões de processos desde então⁵. Em 2019, chegou-se ao patamar de 30,2 milhões de casos novos com posterior redução para 25,9 milhões, em 2020, provavelmente devido à pandemia ocasionada pela COVID-19. Em 2021, o número de casos novos retornou ao patamar de 28 milhões de casos. O maior número de litígios é dirigido à chamada justiça comum dos estados – 69% das ações ingressadas e 77% das que aguardam solução definitiva tramitam nesses órgãos do Poder Judiciário.

A procura pelos serviços de justiça tem sido enorme, especialmente quando se compara tal quantitativo com o tamanho da população brasileira. São 11 504 casos novos por cem mil habitantes, o equivalente a dizer que um a cada nove brasileiros ingressou com ação judicial em 2021. Na verdade, mais do que isso, já que em um mesmo

⁵ Em 1990, ingressaram cerca de 5,5 milhões de processos novos, de acordo com o Banco Nacional do Poder Judiciário (BNJP), mantido na época pelo STF.

The demand for justice services has been huge, especially when compared with the size of the Brazilian population. They are 11,504 new suits per 100 thousand inhabitants, which means that one out of nine Brazilians entered a lawsuit in 2021. It is more than this, indeed, since one suit may include more than one defendant and more than one plaintiff. Even so, however, the Judicial Power still does not reach all of those who have their rights violated, since certain parties litigate more, either the State itself or large companies.

By the end of 2021, the Judiciary had a collection of nearly 76.4 million pending suits waiting for a definitive solution. The congestion rate, which measures the percentage of suits not concluded at the end of each year, has ranged between 69% and 73% over the last 11 years, showing its lowest percentage in the year 2019 and the value of 72.3% in 2022. In a hypothetical situation with no new suits and maintaining the flow of around 29.2 million cases concluded per year, at least two years and seven months would be needed to conclude the existing caseload. A significant part of this collection, about 37%, concerns a single type of suit: tax foreclosure. They are suits in which the Public Treasury, through the Judicial Power, charges debts of defaulters, as well as judicial collections sued by professional councils, many times without any previous attempts of recovering them through administrative procedures, overflowing the judiciary with low-value suits which have a lower index of financial recovery (JUSTIÇA..., 2021).

In order to face such volume of suits, the Judiciary counts on the specialized work of 18,059 thousand judges and 266 thousand servants, nearly 75% of them working in the judicial area and 25%, in the administrative area. Nearly 15 thousand judicial agencies of first instance installed in Brazil receive, analyze and judge judicial suits. These agencies are located in districts, headquarters of their respective jurisdictions. In terms of geographic distribution, it is important to highlight that nearly half (2,677) of the 5 570 Brazilian municipalities are headquarters of the Judicial Power. Among the nearly 15 thousand existing judicial agencies, 12 thousand (82%) are state, federal or labor courts, which concentrate 97% of the judicial demands.

In terms of expenditures, the Judicial Power had a total cost of R\$103.9 billion, equivalent to R\$489.91 per inhabitant and to 1.20% of the Brazilian Gross Domestic Product (GDP), representing a reduction of 0.6% over the previous year. Of those expenditures, 91.5% were destined to pay personnel, also including benefits and other indirect compensation in addition to wages and subsidies. The state justice, a segment that concentrates 77% of the judicial lawsuits, accounts for 59% of the expenditures.

The judges solve nearly 1,721 suits per year, i.e., each one closes, on average, six suits per business day. The average duration of a lawsuit, ascertained from its beginning up to the last movement in the first

processo pode constar mais de um réu e mais de um autor. Entretanto, sabe-se que mesmo assim, o Poder Judiciário ainda não alcança a todos aqueles que possuem seus direitos violados, já que há maior litigância entre determinadas partes, seja ela o próprio Estado, sejam elas grandes empresas.

Ao final do ano de 2021, o Judiciário tinha em seu acervo 76,4 milhões de processos pendentes, aguardando solução definitiva. A taxa de congestionamento, que mede o percentual de processos não finalizados ao final de cada ano, oscilou entre 69% e 73% nos últimos 11 anos, apresentando o menor percentual no ano de 2019 e o valor de 72,3%, em 2022. Em uma situação hipotética, sem que houvesse a entrada de novos processos e com a manutenção do fluxo de baixa na ordem de 29,2 milhões de casos resolvidos ao ano, seriam necessários pelo menos dois anos e sete meses para liquidar o estoque processual existente. Uma proporção considerável desse acervo, cerca de 37%, diz respeito a um único tipo de processo: o de execução fiscal. São ações em que a Fazenda Pública, por meio do Poder Judiciário, faz a cobrança de dívidas de contribuintes inadimplentes, além de cobranças judiciais movidas por conselhos profissionais, muitas vezes sem tentativas prévias de recuperação por vias administrativas, abarrotando o judiciário de processos em ações de baixo valor e com menor índice de recuperação financeira (JUSTIÇA..., 2021).

Para enfrentar tal volume de processos, o Poder Judiciário conta com o trabalho especializado de 18 059 mil magistrados e de 266 mil servidores, sendo que quase 75% atuam na área judiciária e 25% na administrativa. Existem quase 15 mil unidades judiciárias de primeiro grau instaladas no País, onde são recebidos, analisados e julgados os processos judiciais. Essas unidades localizam-se em comarcas, municípios-sede de suas respectivas jurisdições. Em termos de distribuição geográfica, é importante frisar que quase metade (2 677) dos 5 570 municípios brasileiros são sede do Poder Judiciário. Dentre as quase 15 mil unidades judiciárias existentes, 12 mil (82%) são varas e juizados estaduais, federais ou trabalhistas, que concentram 97% das demandas judiciais.

Em termos de despesas, o Poder Judiciário, no ano de 2021, teve o custo total de R\$ 103,9 bilhões, o equivalente a R\$ 489,91 por habitante e a 1,20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e representando uma redução de 0,6% frente ao ano anterior. Desse total de despesas, 91,5% foram destinadas ao pagamento de pessoal, que inclui, além de vencimentos e subsídios, também benefícios e outras indenizações indiretas. A justiça estadual, segmento que concentra 77% dos processos judiciais, responde por 59% das despesas.

Os magistrados resolvem, por ano, cerca de 1 721 processos, ou seja, em média, cada um deles baixa seis processos por dia útil. O tempo médio de duração do processo, apurado de seu início até o seu último movimento no primeiro grau de jurisdição, é de

jurisdiction level, is about one year and five months in the filing phase and five years and three months in the execution phase.

Recent studies and diagnoses

The CNJ, by means of the Department of Judicial Surveys, has been carrying out studies and diagnoses that serve as the basis for resolutions and recommendations to the Brazilian Judicial Power. In that context, a number of institutional partnerships and methodological strategies are being established to account for challenges faced by justice segments in the complexity of regional, social and economic diversities of Brazil.

Data management has been undergoing an important transformation, in which the data received by courts are no longer aggregate information previously handled in the 90 bodies of the Judicial Power, but rather information produced, calculated and generated by the CNJ, which gathers and compiles the largest procedural database in Brazil - the National Database of the Judicial Power (DataJud), which concentrates metadata of all pending and disposed cases since 2020.

Committed to transparency and to formulating diagnoses about the judiciary, the CNJ published important studies and surveys in 2021. Here are some examples:

1. Index of access to justice⁶;
2. Judicialization and society: actions to access public health of quality⁷;
3. Survey on black men and black women in the Judicial Power⁸;
4. Survey: persons with disabilities in the Judicial Power⁹;
5. National survey: harassment and discrimination in the scope of the Judicial Power¹⁰;
6. The impact of Covid-19 in the Judicial Power¹¹; and
7. Diagnosis of the Brazilian judicial tax litigation¹².

⁶ Available from: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio_Indice-de-Acesso-a-Justica_LIODS_29-4-2021.pdf.

⁷ Available from: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio_Judicializacao-e-Sociedade-16072021.pdf.

⁸ Available from: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-290921.pdf>.

⁹ Available from: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/pesquisa-pcd-no-pj-1.pdf>.

¹⁰ Available from: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/pesquisa-assedio-e-discriminacao.pdf>

¹¹ Available from: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/o-impacto-da-covid-19-no-poder-judiciario-final-30032022.pdf>

¹² Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/publicacoes-justica-pesquisa>.

aproximadamente um ano e cinco meses na fase de conhecimento e de cinco anos e três meses na fase de execução.

Estudos e diagnósticos recentes

O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias, vem realizando estudos e diagnósticos que permitem dar embasamento para resoluções e recomendações ao Poder Judiciário brasileiro. Nesse contexto, diversas parcerias institucionais e estratégias metodológicas estão sendo estabelecidas para dar conta dos desafios a que estão submetidos os segmentos de justiça na complexidade das diversidades regionais, sociais e econômicas do País.

A gestão de dados vem passando por importante transformação, em que os dados recebidos pelos tribunais deixam de ser na forma de informações agregadas e previamente tratadas nos 90 órgãos do Poder Judiciário, para serem todas produzidas, calculadas e geradas pelo CNJ, que reúne e organiza a maior base de dados processual do Brasil – a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), que concentra metadados de todos os processos em trâmite e baixados desde 2020.

O CNJ, com o compromisso de transparência e realização de diagnósticos a respeito da atuação do judiciário, publicou importantes estudos e pesquisas em 2021. Citam-se alguns deles:

1. Índice de acesso à justiça⁶ ;
2. Judicialização e sociedade: ações para acesso à saúde pública de qualidade⁷;
3. Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário⁸;
4. Pesquisa: pessoas com deficiência no Poder Judiciário⁹;
5. Pesquisa nacional: assédio e discriminação no âmbito do Poder Judiciário¹⁰;
6. O impacto da Covid-19 no Poder Judiciário¹¹; e
7. Diagnóstico do contencioso judicial tributário brasileiro¹².

⁶ Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio_Indice-de-Acesso-a-Justica_LIODS_29-4-2021.pdf.

⁷ Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio_Judicializacao-e-Sociedade-16072021.pdf.

⁸ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-290921.pdf>.

⁹ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/pesquisa-pcd-no-pj-1.pdf>.

¹⁰ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/pesquisa-assedio-e-discriminacao.pdf>.

¹¹ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/o-impacto-da-covid-19-no-poder-judiciario-final-30032022.pdf>.

¹² Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/publicacoes-justica-pesquisa>.

Availability of national data in panels

Besides making public the data raised in the surveys, the CNJ has been improving and bringing even more dynamic information, regardless of the cutoffs of the surveys and possible questionnaire administration. The consolidation of DataJud has allowed to show the public how to access a number of data related to movements, time, indicators and subjects of the lawsuits in Brazil.

The Statistics Panel of the Judicial Power allows the monitoring of the major statistics of the Judiciary, in all the Brazilian courts, including information like archive size, process length and number of resolved, pending and disposed cases, among others. The Panel will be updated on a monthly basis, based on the data available in DataJud, established by CNJ Resolution no. 331, of August 20, 2020 as primary source of the data of the Statistics System of the Judicial Power (SIESPJ). According to CNJ Resolution no. 333, of September 21, 2020, the Panel should also be available in the electronic websites of all the Brazilian courts¹³.

As established by Law no 11,340, of August 7, 2006, known as Maria da Penha Law, the monitoring of the urgent protective measures is required. For this purpose, the CNJ has publicized this information by means of the Panel of Urgent Protective Measures of the Maria da Penha Law¹⁴.

An interactive panel related to the environmental actions is also published, in the civil and criminal spheres. SireneJud allows to cross and geo-reference data in order to pinpoint areas of environmental protection, municipalities with higher occurrence of deforestation, as well as information on Quilombola and Indigenous lands, among other information. The panel can help decision-making on this theme and leverage the judgement of lawsuits¹⁵.

The Panel of Collective Lawsuits (CACOL Panel) is also available, on: <https://www.cnj.jus.br/cacol>, which allows to pinpoint any pending or resolved lawsuits. Other panels are available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj>.

References

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2021. Ano-base 2020. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 2021. Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Cited: May 2022.

Translated by: La-Fayette Côrtes Neto

¹³ Available from: <http://www.cnj.jus.br/datajud/painel-estatistica>.

¹⁴ Available from: https://medida-protetiva.cnj.jus.br/login?next=%2F%3Fauth_provider_hint%3Danonymous1&auth_provider_hint=anonymous1..

¹⁵ Available from: <https://sirenejud.cnj.jus.br>.

Disponibilização de dados nacionais em painéis

Além de tornar públicos os dados levantados em torno das pesquisas realizadas, o CNJ vem aprimorando e trazendo cada vez mais informações dinâmicas, independentes do recorte de pesquisas e eventuais aplicação de questionários. A partir da consolidação do DataJud tem sido possível apresentar ao público acesso a diversos dados relacionados a movimentos, tempo, indicadores e assuntos dos processos judiciais no País.

O Painel de Estatísticas do Poder Judiciário permite monitorar as principais estatísticas do Judiciário, em todos os tribunais do País, incluindo informações como tamanho do acervo, tempos de tramitação, número de processos conclusos, pendentes e baixados, entre outros. O Painel terá atualização mensal, com base nos dados disponíveis no DataJud, instituído pela Resolução CNJ n. 331, de 20.08.2020 como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ). Além disso, conforme Resolução CNJ n. 333, de 21.09.2020, o Painel também deve ser disponibilizado nos sítios eletrônicos de todos os tribunais do País¹³.

Conforme definido na Lei n. 11.340, de 07.08.2006, conhecida por Lei Maria da Penha, faz-se necessário o monitoramento das medidas protetivas de urgência, para tanto o CNJ avançou em torno da publicização dessas informações por meio do Painel de Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha¹⁴.

Encontra-se publicado também painel interativo relacionado às ações ambientais – nos âmbitos cíveis e criminais. O SireneJud permite cruzamento de dados e georreferenciamento de forma a identificar áreas de proteção ambiental, municípios com mais incidência de desmatamento, bem como informações sobre terras indígenas e quilombolas, entre outras informações. O painel pode colaborar na tomada de decisão referente ao tema e impulsionar o julgamento das ações¹⁵.

Também está disponível o Painel das Ações Coletivas (Painel CACOL)¹⁶, que permite identificação de cada ação em trâmite ou julgada. Outros painéis disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj>.

Referências

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2021. Ano-base 2020. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros>. Acesso em: maio 2022.

¹³ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/datajud/painel-estatistica>.

¹⁴ Disponível em: https://medida-protetiva.cnj.jus.br/login?next=%2F%3Fauth_provider_hint%3Danonymous1&auth_provider_hint=anonymous1.

¹⁵ Disponível em: <https://sirenejud.cnj.jus.br>.

¹⁶ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cacol>.

Tabela 21.1 - Informações de estrutura, recursos humanos e Litigiosidade - 2016-2020

Table 21.1 - Information on structure, human resources and litigiousness - 2016-2020

Especificação/ Specification	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas/ Expenditures	98 644 115 431	102 565 852 269	102 074 776 950	104 740 299 903	100 067 753 052
Despesa com recursos humanos/ Expenditure with human resources	88 905 562 971	92 695 724 564	92 791 314 907	95 891 494 091	92 690 856 920
Gasto com recursos humanos/ Expense with human resources (%)	90,1	90,4	90,9	91,6	92,6
Receitas/ Revenue	45 476 980 791	55 060 485 009	63 989 863 287	79 695 470 602	62 390 181 158
Receitas/ Despesas Revenue/ Expenditures (%)	46,1	53,7	62,7	76,1	62,3
Magistrados/Judges	17 914	18 162	18 168	18 035	17 988
Servidores/Servants	277 999	272 188	273 712	167 917	267 613
Força de trabalho auxiliar/ Auxiliary workforce	145 198	158 762	160 056	160.284	147.974
Carga de Trabalho por magistrado/ Caseload per judge	6 706	6 665	6 747	7 004	6 321
Casos novos/ New cases	29 168 273	28 756 824	28 245 103	30 190 840	25 803 671
Casos pendentes/ Pending cases	79 914 105	79 460 652	78 587 770	77 449 669	75 353 939
Processos baixados/ Closed cases	28 988 408	30 341 035	31 654 671	35 252 309	27 908 284
Processos baixados por magistrado/ Closed cases per judge	1 732	1 782	1 862	2 106	1 643
Taxa de Congestionamento/ Congestion Rate (%)	73,4	72,4	71,3	68,7	73,0

Fonte/Source: Justiça em Números 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/ Available from : <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2020./Cited: May 2021.

Nota: Valores financeiros corrigidos pelo IPCA, data-base de 31/12/2020./ Note: Financial values updated by the IPCA, base Dec.2020.

Tabela 21.2 - Informações de estrutura, recursos humanos e litigiosidade por ramo de justiça - 2020

Table 21.2 - Information on structure, human resources and litigiousness, by court of justice - 2020

(continua/to be continued)

Justiça/ Justice	Estadual/ State	Federal/ Federal	Trabalhista/ Labor
Despesas/ Expenditures	57 684 840 891	12 141 297 276	19 884 433 028
Despesa com recursos humanos/ Expenditure with human resources	52 627 952 428	11 686 444 741	16 145 628 267
Gasto com recursos humanos / Expense with human resources (%)	91,2	96,3	96,3
Receitas/ Revenue	23 485 349 115	35 001 206 518	3 856 673 790
Receitas/ Despesas/ Revenue/ Expenditures (%)	40,7	288,3	19,4
Magistrados/ Judges	12 282	1 942	3 609
Servidores/ Servants	171 121	27 602	38 306
Força de trabalho auxiliar/ Auxiliary workforce	111 333	12 623	9 755
Carga de Trabalho por magistrado/ Caseload per judge	6 872	8 530	2 533
Casos novos/ New cases	16 922 580	3 809 039	2 975 899
Casos pendentes/ Pending cases	58 347 512	10 907 668	4 557 513
Processos baixados/ Closed suits	19 498 870	4 004 156	3 098 866
Processos baixados por magistrado/ Suits closed per judge	1 672	2 199	925
Taxa de Congestionamento/ Congestion Rate (%)	75,0	73,1	59,5

Tabela 21.2 - Informações de estrutura, recursos humanos e litigiosidade por ramo de justiça - 2020

Table 21.2 - Information on structure, human resources and litigiousness, by court of justice - 2020

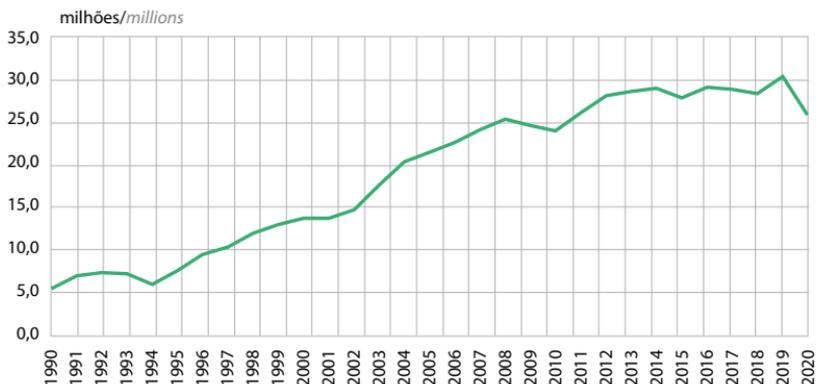
(conclusão/concluded)

	Justiça/ Justice	Eleitoral/ Electoral	Militar Estadual/ State Military	Tribunais Superiores/ Superior Courts
Despesas/ Expenditures		6 292 980 334	163 136 441	3 901 065 081
Despesa com recursos humanos/ Expenditure with human resources		5 683 094 325	152 058 353	3 395 678 807
Gasto com recursos humanos / Expense with human resources (%)		90,3	93,2	87,0
Receitas/ Revenue		0	363 940	46 587 796
Receitas/ Despesas/ Revenue/ Expenditures (%)		0,0	0,20	1,80
Magistrados/ Judges		2 834	41	76
Servidores/ Servants		23 499	392	6 451
Força de trabalho auxiliar/ Auxiliary workforce		9 544	122	4 597
Carga de Trabalho por magistrado/ Caseload per judge		506	183	22 893
Casos novos/ New cases		1 633 734	3 220	724 816
Casos pendentes/ Pending cases		736 244	3 906	799 118
Processos baixados/ Closed cases		678 361	3 045	623 853
Processos baixados por magistrado/ Closed cases per judge		239	74	8 144
Taxa de Congestionamento/ Congestion Rate (%)		52,0	56,2	56,2

Fonte/Source: Justiça em números 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021.

Gráfico 21.1 - Série histórica do total de processos ingressados - 1990-2020

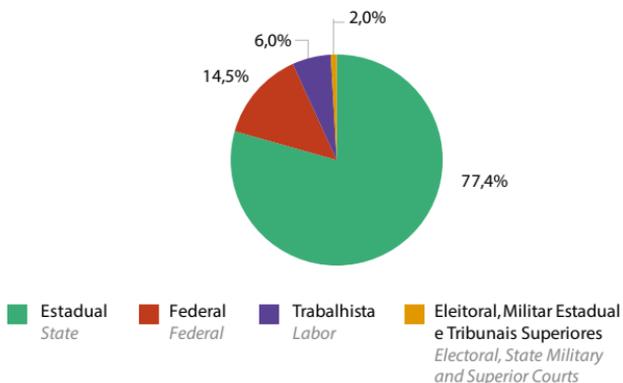
Graph 21.1 - Time series of total issued cases - 1990-2020



Fontes/ Sources: 1. Conselho Nacional de Justiça (Brasil). DataJud: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em/Available from: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021. 2. Justiça em Números. Anos-base 2004-2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021.

Gráfico 21.2 - Percentual de processos em tramitação, por ramo de justiça - 2020

Graph 21.2 - Percentage of cases in progress, by court of justice - 2020



Fonte/Source: Justiça em números 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021.